

Deliberação Nº 001/CONSU/2015

Sumário: Altera os requisitos para inscrição nos estágios curriculares e nos trabalhos de fim de curso, e define os procedimentos gerais para a tramitação do processo de avaliação nas referidas unidades curriculares.

Os regulamentos dos Estágios Técnico-Científicos e dos estágios pedagógicos estabelecem que só podem inscrever-se nestas unidades terminais os estudantes aprovados em todas as unidades curriculares do curso, até ao 6º semestre, inclusive [artº 12, 2.a)], mas não faz referência nem delimita o número de unidades curriculares do semestre que antecede o início das atividades nas referidas unidades curriculares. Exigência semelhante é feita no regulamento dos Trabalhos de Fim de Curso (artº 4º, nº 2). Deste modo, o quadro normativo vigente deixa em aberto a possibilidade para um tratamento diferenciado a estudantes que efetivamente se encontram em igualdade de circunstância, podendo até mesmo privilegiar estudantes que em princípio se encontram em situação menos propícia, pelo simples facto de as unidades curriculares com reprovação (podendo ser uma ou mais) serem do 7º semestre.

Por outro lado, os regulamentos dos estágios estabelecem que os mesmos se desenvolvem ao longo do 8º semestre letivo dos cursos (artº 12º, nº 2), mas não acautela a situação dos estudantes que, estando aprovados nas demais unidades curriculares do plano de estudos do curso, se vêm perante o impedimento de realizarem o estágio em outros momentos. Isto leva a que os estudantes fiquem forçados a pelo menos seis meses de adiamento para a finalização do curso e, conseqüentemente, pode induzir a um atraso injustificado na inserção e/ou progressão profissional dos indivíduos diplomados pela UniCV.

Tendo em conta os aspetos referidos anteriormente, revela-se imprescindível introduzir adaptações nos textos regulamentares em questão, visando não só a garantia do direito à igualdade de tratamento aos estudantes, mas também a salvaguarda da flexibilidade indispensável nos processos de gestão académica, sem prejuízo para a conformidade legal de tais processos e para a consistência científica e pedagógica do processo de ensino e aprendizagem na UniCV.

Assim,
No uso das competências que lhe são conferidas pelos Estatutos da UniCV (Decreto-Lei nº 24/2011, de 24 de Maio), vem o Conselho da Universidade, reunido na sessão do dia 23 de março de 2015, deliberar o seguinte:

Artº 1º
(Âmbito)

- 1-Para efeitos de aplicação da presente deliberação, as unidades curriculares a que se referem as deliberações do Conselho da Universidade nº 3/2010, de 19 de novembro (Regulamento do Estágio Pedagógico), nº 006-CONSU/2011, de 24 de março (Regulamento do Estágio Técnico-científico) e nº 007-CONSU/2011, de 24 de março (Regulamento do Trabalho de Fim de Curso) são consideradas globalmente como Unidades Curriculares Terminais (UCT).

Artº 2º
(Alterações)

- 1- São alterados as seguintes disposições dos regulamentos específicos referidos no artigo anterior:
 - a) nº 2 do artigo 12º da Deliberação Nº 03/2010 do CONSU;
 - b) nº 2 do artigo 12º da Deliberação Nº 006-CONSU/2011;
 - c) nº 2 do artigo 4º da Deliberação Nº 007-CONSU/2011;
 - d) nº 1 do artigo 5º das deliberações Nº 03/2010 e nº 006-CONSU/2011

Artº 3º
(Inscrição nas UCT)

- 1-A inscrição em cada uma das UCT rege-se pelas disposições específicas previstas nos regulamentos aplicáveis, salvaguardando a possibilidade de os estudantes que tenham apenas uma disciplina em atraso até ao 6º semestre (inclusive) desenvolvam as atividades da UCT condicionalmente.
- 2-Para o caso do estágio pedagógico, mantém-se a exigência de as unidades curriculares relacionadas com a metodologia específica de ensino na área do curso constituírem pré-requisitos indispensáveis.

Artº 4º
(Funcionamento das UCT)

- 1-Estando cumpridos os requisitos estabelecidos para a inscrição do estudante no estágio técnico-científico, o início das atividades pode ocorrer a qualquer altura, desde que estejam reunidas as condições para o efeito, nomeadamente a existência de vaga num centro de acolhimento do estagiário e a disponibilidade de um orientador e de um supervisor, sem prejuízo para a ponderação de outras variáveis pertinentes por parte dos órgãos competentes da UniCV.

- 2-O documento final da UCT deve ser entregue na Comissão Coordenadora do Curso para efeitos de avaliação nos termos regulamentares em vigor, ficando a apresentação final condicionada por um parecer favorável dos Serviços Académicos, parecer esse que é precedido pela verificação da situação académica e da regularização das propinas e demais requisitos estabelecidos nos regulamentos aplicáveis.

Artº 5º
(Entrada em vigor)

A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

Conselho da Universidade de Cabo Verde, 10 de Abril de 2015.


A Presidente

/Judite Medina do Nascimento/
Reitora da UniCV